

Privatização x corrupção

Desde que começaram as denúncias sobre a corrupção na Petrobrás, os detratores da empresa voltaram a insistir na máxima da privatização da companhia, como se este fosse o melhor caminho a ser adotado pelo governo federal, para sanar os casos de corrupção e aumentar a eficiência da empresa.

O que estes mesmos conservadores deixam de citar em seus diagnósticos apocalípticos, é que corrupção pode e deve ser sanada através de investigações e punições, como tem ocorrido desde que a Operação Lava Jato foi iniciada.

Outro fato tão claro como dois e dois são quatro e, também omitido pela direita e pelo mercado, é que a corrupção dentro da maior empresa de energia do país, se deu justamente através do início da parceria do público e privado que, aliás, bancou o ex-diretor Paulo Roberto Costa desde os meados dos anos 90, quando o país ainda era governado pelo pai de todos os privatistas, o FHC.

Além das questões políticas envolvidas neste caso, também é necessário lembrar que além do questionamento sobre a idoneidade da Petrobrás, o mesmo deve ser feito à Camargo Correa, Mendes Junior, OAS, Engevix, Iesa, Galvão, Queiroz Galvão, empresas essas muito conhecidas por conta do superfaturamento de obras com prefeituras de diversos estados, fatos que também deveriam ser lembrados pela mídia, que em seus editoriais e mesas redondas, tentam convencer a opinião pública que a Petrobrás e qualquer outra empresa estatal são altamente corruptíveis, quando grandes escândalos de corrupção corporativa ocorridas pelo mundo a fora.



Os EUA e Europa, por exemplo, apesar de possuírem legislações anticorrupção mais antigas que as brasileiras, tem sido bastante criticados pelos casos de corrupção, como o desvendado recentemente e, que teve o sistema metroviário paulista como alvo, com o envolvimento da multinacional Alemã Siemens, a canadense Bombardier, a espanhola CAF, a francesa Alstom e a japonesa Mitsui.

O esquema, denunciado pela Siemens ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em troca de imunidade, envolveria a formação de um cartel para superfaturar contratos de linhas de trens e metrô, incluindo pagamento de subornos a funcionários públicos do governo de São Paulo.

Todos aqueles países, porém, são signatários da Convenção Antissuborno da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), estabelecida em 1999 e que visava extinguir a tradicional prática de subornar funcionários públicos em países em desenvolvimento.

Se citarmos todos os casos de corrupção envolvendo empresas privadas,

não paramos por aqui, portanto, deixamos alguns dados para reflexão:

A Petrobrás é a última empresa estatal no ramo industrial que restou após o tsunami liberal dos anos 90 e uma das mais estratégicas. Através do controle do preço dos derivados, o Estado pode controlar a inflação. Imagine quanto o Estado enfraqueceu ao deixar de controlar o preço do aço e de seus derivados ao perder a Vale do Rio Doce, a Cosipa, CSN e a Usiminas, entre tantas outras empresas de diversos ramos.

Não só os desvios da Petrobrás devem ser punidos, mas as verbas privadas de campanha também têm que ser proibidas (esse é um dos motivos pelo qual defendemos a reforma política). Assim, essas empresas teriam menor poder sobre a determinação de cargos em qualquer esfera de governo.

Questionar a corrupção é certo. A esquizofrenia, entretanto, está nos questionamentos da viabilidade e necessidade de se construir uma refinaria, como a Abreu e Lima ou explorar o Pré-Sal sob controle da Petrobrás.

Dia Nacional de Lutas: Em defesa do emprego e direitos, centrais realizam mobilizações simultâneas em todo o Brasil

Nesta quarta-feira, 28, as centrais sindicais deram início ao que pode se tornar uma série de protestos contra as recentes medidas econômicas do governo. O Dia Nacional de Luta em Defesa do Emprego e Direitos foi marcado por manifestações realizadas em várias capitais, sendo a principal em São Paulo, onde mais de cinco mil trabalhadores de diversas categorias lotaram a Avenida Paulista, empunhando bandeiras, faixas e cartazes, para cobrar do governo a revogação das Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, que mudaram as regras de acesso a direitos como seguro desemprego, abono salarial (Pis- Pasep), auxílio doença e o seguro defeso.



A mobilização organizada pela CUT, CTB, CSB, Força Sindical, NCST e UGT também questionou

os rumos da política econômica adotada pelo novo ministro da Fazenda, que pode levar o país à recessão.

As centrais garantiram que não sairão das ruas e realizarão nacionalmente a Marcha da Classe Trabalhadora, no próximo dia 26 de fevereiro, quando entregarão uma pauta de reivindicações ao Executivo federal, aos governos estaduais e ao empresariado. Entre elas, o fim do fator previdenciário; redução da jornada para 40 horas semanais; fim do Projeto de Lei nº 4330/04, que amplia as terceirizações; correção da tabela do Imposto de Renda; mais investimentos em saúde, educação e segurança.

Petrobrás é patrimônio do país

A Petrobrás é responsável por 13% do PIB e 20% dos investimentos no Brasil, segundo Cibele Vieira, coordenadora geral do Sindipetro Unificado-SP, que também representou a categoria no ato em São Paulo. Para ela, é preciso fortalecer a estatal e não deixar que funcionários envolvidos em escândalo sejam confundidos com a totalidade dos trabalhadores ou com a empresa.

Só nos metalúrgicos da indústria naval foram criados 80 mil empregos, segundo Cibele, porque a Petrobrás começou a fazer plataformas e navios no Brasil. O bloqueio das empresas brasileiras citadas na Operação Lava a Jato fará com que a Petrobrás tenha que contratar empresas de fora, gerando desemprego. "Só no estaleiro no Rio de Janeiro, está previsto queda de 50 mil empregos. Dos 80 mil que conseguimos com a reerguida da indústria naval, 50 mil estão em risco. Bloquear as empresas é colocar a conta nos trabalhadores. Tem que punir e fazer mudanças estruturais, com certeza, mas tem que preservar a empresa e garantir



emprego do petroleiro próprio e do petroleiro terceirizado", encerrou Cibele.

O diretor da FUP e secretário de relações internacionais da CTB, Divanilton Pereira, também esteve no ato e deixou o seu recado: "A Petrobrás passa por problemas gravíssimos, sobre os quais a categoria petroleira condena e exige rigorosa punição aos corruptos e corruptores. No entanto, não corroboramos com aqueles que tentam desse episódio enfraquecer a

Petrobrás e também inviabiliza-la, sobretudo no seu papel estratégico de desenvolver o pré-sal. A nossa categoria, que já enfrentou e superou conjunturas adversas, está alerta contra uma questão de fundo nesta disputa: não admitiremos alterações na legislação petrolífera atual, que venha enfraquecer o papel da nossa empresa. Os petroleiros e petroleiras se somam às lutas das centrais sindicais para defender os interesses do povo brasileiro.", finalizou.

Deyvid Bacelar apresenta proposta para o C.A da Petrobrás e vence o debate do segundo turno

JUVENTUDE E EXPERIÊNCIA NO CA DA PETROBRÁS

Deyvid
Bacelar



Assista ao vídeo
do 2º turno do CA
da Petrobras

Em debate exibido pela Web TV da Petrobrás na quinta-feira, 29, entre os dois candidatos que a partir deste sábado, 31, disputam o segundo turno da eleição para o Conselho de Administração da Petrobrás, Deyvid Bacelar mostrou que está mais preparado para ser o representante dos trabalhadores na instância de decisão mais importante da empresa.

O candidato apoiado pela FUP, Deyvid Bacelar, agradeceu os votos recebidos no primeiro turno e destacou suas principais propostas ao C.A, como estabelecer um canal de comunicação direto com a categoria seja presencialmente ou virtualmente (site, e-mail e facebook) a fim de prestar contas da atuação

no conselho; levar para dentro do Conselho de Administração e do Comitê de SMS do mesmo, as demandas colocadas pelos trabalhadores e trabalhadoras sobre as questões de saúde, meio ambiente e segurança; dar continuidade à atuação junto ao Congresso Nacional para a implementação do projeto de lei que permite a ampliação do mandato para dois anos e a participação do Representante dos Empregados da Petrobrás nas discussões de temas referentes ao Acordo Coletivo de Trabalho e Previdência Complementar; entre outras que podem ser conferidas neste link: <https://www.youtube.com/watch?v=REW6sMq5OoM&feature=youtu.be>

Vote em trabalhador que defende trabalhador

Em entrevista ao programa “Entre Aspas”, exibido na Globo News na última semana, o atual representante dos trabalhadores no C.A da Petrobrás, Silvio Sinedino, mais uma vez mostrou que a defesa dos trabalhadores da maior empresa de energia do país não é o seu forte. Quando questionado pela jornalista Mônica Waldvogel, se todos os petroleiros são corruptos, Sinedino se limitou a falar por si: “eu não roubo e nem sou corrupto”, respondeu.

Agora a pergunta é: o que deve fazer o representante dos trabalhadores no conselho de administração de uma empresa, a não ser defender os direitos, os interesses e honra dos trabalhadores que o elegeram?

É exatamente isso que a FUP e seus sindicatos chamam a reflexão: Como um candidato eleito por trabalhadores não defende a categoria, justamente num momento de extrema gravidade, pelo qual a maior parte dos petroleiros está sendo confundida com uma gama de funcionários envolvidos nos escândalos de corrupção já conhecidos por todo o país e que não representa a totalidade de trabalhadores da Petrobrás?

A FUP e seus sindicatos filiados acreditam que o representante da categoria no C.A deve não só ter capacidade de diálogo e negociação, mas a firmeza em defender o interesse e a honra dos petroleiros, sem se deixar confundir com um ente querido do mercado, que se omite perante aos questionamentos da imprensa golpista e diz amém às suas acusações.

Para assistir a exibição do programa, acesse este link: <https://www.youtube.com/watch?v=LNulrU2r8AM>

Perícia do INSS passa a aceitar presença de benzeno no ambiente!

Resultado de uma luta do movimento sindical dentro das Comissões Nacional e Estaduais do Benzeno, o INSS publicou no dia 13 de janeiro deste ano, uma circular nº2/DIRSAT/INSS que determina que a Perícia Médica passe a admitir a presença de agentes cancerígenos, como o benzeno, nos ambientes de trabalho. O critério passa a ser qualitativo e serve para fins de aposentadoria especial.

Essa decisão é fruto da portaria interministerial assinada pela presidenta Dilma Roussef, no fim do primeiro turno das eleições presidenciais, somada ao Decreto 8123/13.

Segundo o diretor do Sindipetro-NF, representante dos trabalhadores na Comissão Estadual do Benzeno/RJ, Cláudio Nunes, já foram cobradas as avaliações ambientais e líquidas de benzeno

de todas as plataformas da Petrobras e das empresas privadas, assim como do TECAB. Além da continuação da avaliação das correntes líquidas.

“Com estes dados, o novo decreto e os documentos da previdência, será solicitado que as empresas enquadrem os funcionários expostos na aposentadoria especial” - afirma Cláudio Nunes.

Com informações do Sindipetro NF

Edição 1169 – Boletim da FEDERAÇÃO ÚNICA DOS PETROLEIROS Filiada à CUT www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - (21)3852-5002 imprensa@fup.org.br Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763

Texto: Alessandra Murteira - Projeto gráfico e diagramação: Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição:

Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leopoldino, Moraes, Paulo Cesar, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

A luta contra a terceirização continua

Na última quinta-feira, 22, o Fórum Permanente em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização, do qual a FUP faz parte, entregou carta ao ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Miguel Ros-

seto. A carta cujo teor solicita a retirada do PL 4330, foi endereçada à presidenta Dilma e, é também, uma síntese do seminário que o fórum produziu em Brasília, no ano passado. O encontro com o ministro também serviu para dar início

a mais uma etapa na luta contra a precarização do trabalho, num ano que já começou com a retirada de direitos trabalhistas pelo Executivo Federal, às vésperas do início das atividades do Congresso Nacional mais conservador desde 1964.

Vitória da extrema esquerda na Grécia

Os gregos mandaram um recado ao governo no último domingo, 25, ao darem uma ampla vitória ao Syriza, partido de extrema-esquerda de Alexis Tsipras, pronto a contestar a austeridade imposta pela União Europeia.

O Syriza abriu entre 8,5 a 16,5 pontos percentuais sobre o Nova Democracia, do atual premiê Antonis Samaras, muito além dos números trazidos nas últimas pesquisas. Com essa votação, o partido entre 146 e 158 lugares no Parlamento - 151 representando a maioria absoluta.

“Essa é uma vitória histórica” e uma “mensagem que não afeta somente os gregos, mas ressoa em toda a Europa, já que traz um alívio”, declarou o porta-voz da formação, Panos Skourletis. A vitória foi comemorada com uma explosão de alegria no comitê do Syriza, no centro de Atenas.

O partido de Alexis Tsipras obteria entre 35,5% e 39,5% dos votos, enquanto a Nova Democracia, do primeiro-ministro Antonis Samaras, é creditado com entre 23 e 27%. A votação foi observada de perto pelos parceiros europeus de Atenas, preocupados com a intenção do Syriza de renegociar a enorme dívida grega e desafiar de maneira inédita os programas de austeridade impostos pela União Europeia.

O sucesso do Syriza dá esperanças aos partidos da esquerda radical na Europa, especialmente na Espanha, onde o partido Podemos, surgido a partir do movimento Occupy, tem crescido. “A esperança está chegando, o medo vai embora. Syriza, Podemos: nós venceremos”, declarou Pablo Iglesias, presidente do Podemos, antes mesmo que as urnas fossem fechadas.

O governo de Samaras foi sancionado por ter tentado cumprir o máximo de exigências impostas pela troika

de credores de Atenas (Banco Central Europeu, União Europeia e FMI), em troca de 240 bilhões de euros emprestados ao país desde 2010. A conta ficou pesada para a população, vítima de uma alta taxa de desemprego - que atinge 25% - e de reduções drásticas de salário.

“Os menos favorecidos não têm nada a perder”

Durante a campanha, Tsipras prometeu aumentar o salário mínimo, suprimir certos impostos para os mais pobres e negociar a dívida externa da Grécia, que soma 300 bilhões de euros, o que representa 175% do PIB. Alexis Tsipras, que anunciou medidas imediatas como aumentar o salário mínimo de 580 para 751 euros, disse que não se contentaria com uma simples renegociação da dívida externa grega - que soma 300 bilhões de euros, 175% do PIB.

Tomando como exemplo as concessões feitas após a guerra na Alemanha - hoje, reduto da ortodoxia orçamentária na Europa - Tsipras quer reduzir drasticamente a dívida, deixando os mercados financeiros em alerta. Os eleitores gregos, alguns bastante descrentes, deram seu voto de confiança

a um partido que Samaras tentou descreditar durante a campanha eleitoral.

Mas numa seção eleitoral do Pireu, Vaia Katsarou, 49 anos, advogada, resumiu o sentimento geral: “É um risco, mas os desfavorecidos não têm nada a perder”. Caso obtenha maioria absoluta, Tsipras terá as “mãos livres” para aplicar sua política da maneira que deseja. Caso contrário, terá que encontrar aliados - mas os resultados ainda o deixam com uma boa margem.

Para o economista da UniCredit Erik Nielsen, este voto é “de grande importância, talvez histórica”, embora acredite que um governo do Syriza seja menos radical do que seu discurso. Como possível aliado figura o To Potami (O Rio), fundado há apenas um ano, que pretende ser o terceiro partido da Grécia.

Outro partido que aspira um terceiro lugar é a formação neonazista Amanhecer Dourado, apesar de ter sete deputados e dezenas de seus membros presos sob a acusação de “pertencer a uma organização criminosa”.

Pesquisas atribuem aos dois partidos 6,4% dos votos. Matéria originalmente publicada na Revista Carta Capital.



NA GRÉCIA, VITÓRIA DA SYRIZA
afinal, outra Europa é possível?